

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3206-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: [@appsindicato](https://www.facebook.com/appsindicato) • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Batista (MTb 8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR), Luis Lomba (99667/92 - RJ) e Luiz Damasceno (MTb 14325). Diagramador: Rodrigo Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1365

13 de dezembro de 2023

Governo inicia consulta em mais 28 escolas na tentativa de ampliar militarização

Novas votações acontecem após 44 escolas terem rejeitado a mudança em processo realizado nos dias 28 e 29 de novembro

Começa nesta segunda-feira (11) uma nova rodada de consultas à comunidade para a possível implantação do programa de colégios cívico-militares em 28 escolas públicas da rede estadual (cronograma no site da APP-Sindicato). A iniciativa do governo Ratinho Jr. ataca a gestão democrática e impõe um modelo instrumentalizado pela ideologia militar.

O processo acontece após 44 escolas terem rejeitado a mudança em votações realizadas nos dias 28 e 29 de novembro deste ano. Na ocasião, a consulta incluiu 127 escolas. Como amplamente divulgado e documentado pela APP, o procedimento foi marcado pela condução autoritária, sem prazo para o debate nem espaço para o contraditório.

A APP e seus Núcleos Sindicais seguem orientando e mobilizando a sociedade para barrar o avanço da militarização de escolas no Paraná. Ao contrário da propaganda do governo, não existe qualquer evidência que comprove a eficiência do modelo.

Pelo contrário, as escolas cívico-militares se normalizaram por graves episódios de violência contra menores, abuso de autoridade e corrossão da gestão democrática. Trata-se de um modelo falido, ultrapassado e cuja única sustentação é ideológica.

O programa foi adotado em cerca de 200 escolas estaduais no primeiro mandato do governo Ratinho Junior. Anunciados como se fossem uma fórmula mágica para melhoria da educação, todos os colégios cívico-militares implantados na rede estadual apresentam resultados no Ideb inferiores ao de dezenas de escolas com gestão democrática.

No ranking das 30 escolas com maior nota no ensino médio no Paraná, por exemplo, nenhuma é cívico-militar. Análise de dados do MEC também mostra que escola militarizada melhor colocada registrava maior ritmo de crescimento no desempenho dos estudantes quando tinha a gestão democrática.

Retrato

Os dados oficiais confirmam que o que de fato melhora a qualidade do ensino e a segurança do ambiente escolar é o investimento nos professores e funcionários e na infraestrutura das escolas. Mas o programa do governador Ratinho Jr. caminha exatamente na direção contrária.



Novas votações acontecem após 44 escolas terem rejeitado a mudança em processo realizado nos dias 28 e 29 de novembro. Modelo sem eficácia comprovada impõe ideologia autoritária e tira R\$ 40 milhões da educação para engordar o rendimento dos militares aposentados que devem ser contratados. Dados do MEC também mostram que das 30 escolas com maior nota no ensino médio no Paraná, nenhuma é cívico-militar. Pode fazer campanha e dialogar com a comunidade no dia. Não aceite coação ou ameaças. Registre com imagens qualquer tentativa de impedimento.

Caso a comunidade vote pela mudança, o governo contrata policiais aposentados, sem concurso público e qualquer formação para trabalhar com crianças e adolescentes, e paga a cada um R\$ 5,5 mil por mês. A estimativa é de um gasto na ordem de R\$ 40 milhões por ano, dinheiro que sai da verba da educação para engordar a remuneração de militares aposentados.

A implantação do cívico-militar também impõe o fim da oferta de ensino noturno, da Educação de Jovens e Adultos e dos cursos técnicos, dificultando ainda mais o acesso dessa população, formada por jovens, trabalhadores, adultos e idosos, à educação.

A direção deixa de ser eleita pela comunidade e passa a ser indicada pelo governo. Estudantes devem aderir a normas arbitrárias, como cortes de cabelo específicos e outras proibições.

Vote não! Escola Não é Quartel!

O voto é secreto, em urna e facultativo. Se não houver quórum (50% + 1 dos aptos a votar), haverá nova votação no dia seguinte.

Podem votar apenas os integrantes da comunidade escolar das escolas selecionadas, no caso os professores e funcionários, responsáveis dos estudantes e estudantes com idade a partir de 16 anos.

A votação é das 8h às 22h, na própria escola de matrícula ou lotação.

Não aceite coação ou ameaças. É permitido fazer campanha e dialogar com a comunidade no dia da votação. Em caso de qualquer tentativa de impedimento, registre com imagens e denuncie neste formulário <https://appsindicato.org.br> denuncia ou pelo WhatsApp (41) 9249-2328.

Após pressão, governo envia reestruturação da carreira dos QFEB para a Alep

Projeto tem pontos positivos, incluindo índices de recomposição salarial, mas traz distorções e está muito aquém do necessário para os Agentes II

O grito de “Assim é que se vê a força da APP” ecoou forte nas galerias da Assembleia Legislativa na tarde de segunda-feira (11).

Após uma manhã tensa, marcada por articulações da APP na Assembleia Legislativa, reuniões entre deputados e governo, ligações nos bastidores e luta na rua, com funcionários mobilizados na Praça Nossa Senhora de Salette, a reestruturação da carreira dos QFEB saiu dos gabinetes do Palácio Iguaçu para chegar à casa legislativa.

O ato de representação no Centro Cívico foi feito em nome dos mais de 15 mil funcionários de escola que não puderam estar presentes porque “levam a escola nas costas”, como resumiu a secretária de Funcionários da APP, Bete Almeida.

A mensagem de lei foi lida quase no fim da sessão, à tarde, para o alívio e comemoração dos educadores que acompanhavam as galerias. O texto já foi convertido em Projeto de lei (PLC 14/2023), fazendo avançar uma luta de anos dos funcionários de escola por valorização salarial e reconhecimento.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTAMIRA DO PARANÁ

A presidente do Núcleo Sindical de Campo Mourão da APP-Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar os(as) profissionais do magistério público municipal de Altamira do Paraná para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 15/12/2023, às 17h em primeira convocação e às 17h30 em segunda convocação, de forma online pela plataforma ZOOM, para deliberarem acerca da seguinte pauta:

- 1) Informes;
- 2) Mobilizações;
- 3) Greve.

*Silvana Aparecida Loch
Presidenta do Núcleo Sindical de Campo Mourão*